

MENDICANTES E USURÁRIOS: A POSTURA DA IGREJA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES NA IDADE MÉDIA CENTRAL

Alex Aparecido da Costa¹

Resumo: Este artigo busca apresentar como as mudanças econômicas que eclodiram durante a Idade Média Central fizeram surgir nas cidades da Europa ocidental indivíduos desenraizados das antigas instituições sociais do medieval. Nesse contexto os pobres não eram mais como aqueles ligados ao mundo rural, onde encontravam certas garantias de subsistência. No ambiente urbano sua presença e desamparo fizeram surgir as ordens mendicantes, dentre as quais a franciscana posteriormente, com seu ideal de pobreza, entrou em conflito com a Igreja na questão relativa à posse de bens. Também nas cidades a nova economia monetária fez surgir a figura do usurário, cuja atividade inovadora chocava-se com o conceito de trabalho medieval. Veremos assim que a condenação do ideal de pobreza e da usura foram reações das estruturas sociais representadas pela Igreja.

Palavras-chave: Economia, instituições, pobreza, riqueza.

Résumé: Cet article vise à montrer comment les changements économiques qui ont éclaté pendant le Moyen Age Centrale a donné naissance à des villes de l'Europe de l'Ouest individus desenracinés de les vieilles institutions sociales du Moyen Age. Dans ce contexte, les pauvres ne sont plus que celles liées au monde rural, où se trouvaient certaines garanties de subsistance. Leur présence délaissée dans l'environnement urbain ont donné lieu à des ordres mendiants, parmi eux le franciscain plus tard, avec son idéal de la pauvreté qui a provoqué un conflit avec l'Église dans les questions relatives à la propriété des actifs. Aussi dans les villes de la nouvelle économie monétaire a soulevé la figure de l'usurier, dont l'activité innovante a mené au conflit avec le concept médiéval de travail. Nous allons voir comment la condamnation de l'idéal de la pauvreté et l'usure ont été les réactions des structures sociales représentées par l'Église.

Mots-clés : Economie, institutions, pauvreté, richesse.

Introdução

Durante a Idade Média Central duas questões marcaram profundamente a mentalidade da cristandade ocidental: a usura e a pobreza. Neste artigo pretendemos

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do LEAM – Laboratório de Estudos Antigos e Medievais. Email: aleks_1979@hotmail.com

discutir porque as duas se colocaram da forma como foram compreendidas durante este período da história europeia. Por estarem ambas ligadas às instituições e a economia da época, procuraremos definir das duas últimas suas linhas gerais e seus aspectos mais destacados para assim compreendermos o contexto no qual se apresentaram a usura e a pobreza. Perspectiva importante e que perpassará toda a discussão é a relação que o pensamento religioso desempenhou nessas ideias, que embora pareçam díspares aproximam-se devido à unidade cristã em que se desenvolveram. Por isso a discussão será ilustrada com alguns aspectos da Ordem franciscana, com a ideia de Salvação e com a atuação da Igreja, isso como veremos, nos dará amostras de como o pensamento e as instituições religiosas reagiram às ideias e às implicações do desenvolvimento econômico medieval no período do renascimento urbano da Idade Média central

Economia e sociedade

A concepção da sociedade tripartida talvez seja a ideia mais vívida que temos do período medieval, mas o modelo rígido que justapõe *oratores, bellatores e laboratores* esconde em sua realidade interior um dinamismo que nos séculos XI e XIII transformou principalmente a base dessa sociedade cuja lógica estamental começava a ser rompida para sempre de baixo para cima. Destacamos que nossa intenção aqui não é analisar o surgimento da burguesia ou do capitalismo, nosso objetivo, muito mais modesto, é analisar dois efeitos dessa transformação que ocorreu principalmente nas cidades: o surgimento de um novo tipo de riqueza gerada pela nova dinâmica econômica, a usurária e uma nova pobreza, nascida também das relações econômicas que surgiam. Ambas, por estarem em contradição com a ordem vigente criaram tensões principalmente no pensamento religioso que predominava na orientação moral do medieval.

Para Fernández (1998) o Ocidente medieval é marcado pelo caráter agrário de sua economia, pela estratificação de sua sociedade e pelo controle cultural por parte da Igreja. Diante disso procuraremos sintetizar como surgiram dentro desse quadro as cidades, ambiente no qual os usurários e os mendicantes contrastaram com a ordem vigente.

A partir do século XI o crescimento demográfico permitiu que maior número de camponeses cultivassem campos mais extensos, foram fundadas novas aldeias o que fez os novos aglomerados urbanos surgirem e crescerem os já existentes (FOURQUIN, 1991). Este fenômeno foi decorrente de dois fatores que se autoalimentavam mutuamente, segundo Fourquin (1991, p. 179) “o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e a extensão das superfícies cultivadas foram ao mesmo tempo causa e consequência do crescimento das populações do Ocidente”. Dessa forma o mundo rural pode fornecer dois elementos básicos para o nascimento das cidades medievais: o excedente de sua produção e excedente humano proveniente da imigração de camponeses que viviam nos arredores (DUBY, 1991), com eles, nas cidades, surgiria uma nova economia e novas formas de organização social que a despeito de seu dinamismo oferecia para parte de seus habitantes menos certezas do que inseguranças materiais e espirituais. No interior da cidade medieval surgiram dois grupos sociais: das atividades dos comerciantes surgiu a necessidade da existência dos usurários e dos trabalhadores atingidos pela pobreza emergiu a inspiração para o surgimento dos mendicantes.

De acordo com Fourquin (1991) a partir dos séculos XI e XII os avanços técnicos impulsionaram a mobilidade aumentando o trânsito de peregrinos mercadores e viajantes que cosumiam os excedentes dos camponeses que passaram a instalar-se nas cidades trabalhando como padeiros, taberneiros ou açougueiros. Dessa forma surgia uma economia urbana na qual um novo estamento iria se colocar nesse espaço onde até então atuavam exclusivamente o clero e a nobreza (PIRENNE, s. d.), esse novo grupo social é burguesia com suas demanda que em certa medida entram em choque com a sociedade feudal, pois

Os burgueses devem ser livres e poder dedicar-se aos seus negócios, ter o direito de se reunir livremente e a possibilidade de controlar a vida econômica e administrativa da cidade; todos os habitantes devem ser livres como os burgueses, que poderão assim obter mão de obra, sobre a qual não pesa nenhuma coação senhorial (LE GOFF, 1989, P. 56).

Muitas dessas liberdades a burguesia seria capaz de conquistar, afinal sua atividade “é, pois, indispensável ao mundo rural (LE GOFF, 1989, p. 56). Apesar de romper com uma rotina econômica a burguesia foi a consequência natural de seu

desenvolvimento, por esse lado ela não suscitou grandes reações da sociedade medieval, mas a dinâmica própria de sua expansão demandaria o surgimento de uma atividade que por sua vez entraria sim em choque com a mentalidade religiosa do medieval.

Mas antes de tratarmos dos usurários convém apresentarmos como os pobres chegaram à cidade medieval. Após esta contextualização poderemos tratar também das ordens mendicantes que foram consequências diretas da visão de setores religiosos sobre miséria urbana.

Como foi dito acima a cidade medieval teve seu componente populacional oriundo das populações rurais, mas nem todos se tornaram comerciantes, a grande maioria dos camponeses que migraram constituíram-se como trabalhadores. Mas essa condição, que segundo Pirenne (s. d.) significou uma libertação dos camponeses dos deveres que os prendiam aos senhores feudais, não os conduziu diretamente para uma vida melhor, pois a existência citadina também tinha sua estratificação, esta ligava-se “à economia, à propriedade urbana, ao dinheiro, à influência na cidade” (LE GOFF, 1989, p. 145), e os trabalhadores concentravam-se nos estratos mais baixos dessas sociedade. Nesse novo espaço, por sua fragilidade e desqualificação profissional, foram usados nos momentos de violência nas lutas contra os nobres pela autonomia das cidades e os impostos que sobre eles pesavam os empurravam muitas vezes para a miséria e exclusão social (LE GOFF, 1989).

Pobreza e mendicantes, burguesia e usurários

A liberdade urbana não trouxe melhorias significativas de vida para os pobres durante a Idade Média Central, na verdade as instituições feudais ofereciam alguma segurança para sua existência, se as observamos poderemos compreender melhor porque a pobreza urbana suscitou a criação das ordens mendicantes. Pirenne (s. d.) afirma que a organização social do medieval impunha dois estatutos às pessoas, possuir terras e ser senhor ou cultivá-las e ser servos, acrescenta ainda que essa relação era pautada pela dominação e proteção do senhor em relação aos servos. Na cidade esta organização perde seu sentido, pois os trabalhadores não estão mais ligados à terra. Prestando serviços nas oficinas e nas construções urbanas (LE GOFF, 1992) sua

contrapartida é seu salário, o patrão não lhe deve muitas obrigações, e quando não havia trabalho sua situação complicava-se, pois não podia recorrer, como o fazia o servo, à caça, à sua criação, ou à sua horta, que eram parte de seu direito de servos. O caráter individualista da cidade contrastava com a existência rural na qual a comunidade da aldeia reunia

Solidariamente todos os habitantes dos antigos mansos que praticavam sobretudo a agricultura, mas que desejavam também beneficiar-se dos rendimentos complementares da criação de gado; esta preocupação animava ainda mais aqueles que se sentiam menos bem apetrechados de terra arável. O desafio para estes homens consistia, portanto, em salvaguardar os seus direitos colectivos de passagem e de pasto no conjunto do território (DUBY, 1991, p. 203).

Como se vê a proximidade da terra oferecia aos camponeses certa possibilidade de empreendedorismo e opções de subsistência diante de dificuldades, além disso, a comunidade rural gozava de direitos antigos que a cidade ao contrário não podia oferecer aos seus habitantes mais humildes. Uma reflexão importante advém do fato de que a cidade medieval não substituiu o campo, ambos coexistiram fazendo mais traumático o contraste entre a servidão dos campos e a pobreza urbana. No primeiro caso “o estado de pobre era apenas em parte dependente da situação econômica, e era tido como algo normal dentro da sociedade” (DE BONI, 2003, p. 217), no segundo, onde imperava a economia monetária aqueles que não encontravam trabalho passaram a ser vistos nas cidades como errantes e vagabundos (DE BONI, 2003).

Como dissemos acima a vida na cidade muitas vezes empurrava a maioria de sua população para a miséria na qual ao desprezo e a exclusão agravava ainda mais sua situação diante da sociedade que via o pobre apenas como elemento necessário sobre o qual o rico exercia sua compaixão e caridade para assim alcançar a salvação. Essa concepção da pobreza daria lugar no século XIII a outra, feita pelas ordens mendicantes que consideram a importância do valor humano e espiritual dos pobres (LE GOFF, 1992). Diante dessa nova realidade surgiram os movimentos religiosos de pobreza, que acreditavam na inadequação das práticas da Igreja para relação com as condições de vida nas cidades, e por isso seus elementos “se propunham a viver voluntariamente despojados tanto individual e coletivamente de bens materiais, por julgarem que assim imitavam fielmente a Cristo, transformavam a pobreza de desgraça social em virtude”

(DE BONI, 2003, p. 218). Percebemos que os mendicantes não se propunham a uma transformação social ou mesmo uma melhor distribuição das riquezas, sua proposta não ultrapassava a ordem social em que estava inserida e ao elogiar a pobreza apenas mudavam a atitude da sociedade em relação a ela. No entanto se não buscavam alterar a ordem da sociedade medieval suas convicções morais acabaram por entrar em choque com os estatutos da maior instituição da Idade Média.

Entre as ordens mendicantes que surgiram na Idade Média Central é a dos franciscanos que nos chama a atenção por conta do embate que ela teve com a Igreja. Fundada por Francisco de Assis no século XIII, que com um grupo de amigos se propôs a uma vida humilde a ordem cresceu e se institucionalizou. Essa expansão franciscana nos oferece duas questões: a primeira é a de que a pobreza vigente e a proposta da ordem sensibilizavam a muitos, que por isso aderiam a causa mendicante; a segunda, consequência da primeira e da qual trataremos, é a encruzilhada com a qual os franciscanos se depararam, na qual o crescimento da ordem punha em cheque a proposta inicial de pobreza, pois o grande contingente de elementos demandava uma organização econômica mais elaborada. Muito cedo não foi mais possível viver de pequenas ofertas e concomitantemente com o crescimento da ordem cresciam as doações recebidas, pois nesse período “o sentimento religioso levava então a considerar a oferenda de bens materiais aos servidores de Deus com o mais salutar dos gestos de piedade. Todos os cristãos davam, e muitas vezes” (DUBY, 1991, p. 16).

Diante dessa situação alguns autores franciscanos como Boaventura, Duns Scotus e Guilherme de Ockham, elaboraram teorias acerca da riqueza, da pobreza de do usufruto dos bens materiais (DE BONI, 2003). Nas obras desses autores, em síntese, era admitido aos religiosos apenas o uso dos bens materiais ao passo que a posse era condenada criando assim um ideal de vida pautado pela pobreza. E este ideal colocava em causa a própria estrutura da Igreja, pois ela era uma instituição que como vimos recebia muitas doações e que com suas riquezas proporcionava uma vida faustosa aos seus membros. Diante disso o ideal da ordem franciscana era uma crítica aguda que o clero não podia aceitar. Essa situação se acirrou ainda mais quando elementos mais radicais entre os franciscanos acreditavam fazerem parte de um grupo de escolhidos por seus hábitos humildes em oposição ao restante do clero medieval, acreditavam também

que a ostentação da Igreja era um sinal de um apocalipse iminente (DE BONI, 2003). A Igreja que se defendeu afirmando que seu trabalho, ainda que espiritual, exigia a posse de bens para sustentar o clero, e não permitiu que a heresia interna dos franciscanos a corroesse e perseguiu os defensores do ideal de pobreza, entre estes a inquisição eliminou os recalcitrantes e forçou os demais a resignarem-se a obedecer a ortodoxia papal (DE BONI, 2003).

A reação da Igreja à proposta de alguns franciscanos mostra-nos que a instituição não estava disposta a aceitar em seu interior um tipo de doutrina que pudesse servir de crítica à sua postura. Acreditamos que essa postura relaciona-se com a mentalidade dos elementos que compunham o clero medieval, que sendo a maioria de origem nobre não aceitariam que as formas de existência do estamento inferior da sociedade alcançasse primazia sobre as suas. E essa atitude conservadora pode explicar também porque os usurários foram tão hostilizados pelas instituições clericais.

Assim como os franciscanos, nascidos de uma demanda de sua época, por sua atividade inovadora os usurários da mesma forma entraram em choque com a Igreja. Durante a Idade Média Central a sociedade medieval atinge seu apogeu e nesse momento as atividades econômicas, centradas nas cidades, alcançam o seu mais alto nível e passam a erodir o antigo sistema econômico e social agrário (LE GOFF, 1992), dessa forma a ascensão de uma nova classe retora dentro do velho sistema se constituem em uma ameaça à ordem estabelecida. E essa ameaça pôde ser sentida quando se impôs a monetarização da economia quando

Os movimentos cada vez mais intensos que o aumento da procura suscitava determinaram a abertura geral das relações econômicas e sua rápida flexibilização. A moeda era necessária e cômoda, o seu uso propagou-se cada vez mais e a atividade mercantil estendeu-se (DUBY, 1991, p. 169).

De certa forma, com esse regime econômico cada homem poderia carregar sua riqueza em sua bolsa, pois para estes havia “uma nova noção de riqueza apareceu: a da riqueza mercantil, consistindo não já em terras, mas em dinheiro ou artigo comerciais avaliados em dinheiro” (PIRENNE, s. d., 174). Nesse contexto surge “o usurário, especialista em empréstimo a juro, torna-se um homem necessário e detestado, poderoso e frágil” (LE GOFF, 1989, p. 10). No sistema financeiro atual estamos acostumados

com os financiamentos bancários e os juros nas prestações, mas já vão alguns séculos que este sistema atua na sociedade, não era assim na Idade Média Central. Nesse período o usurário é o precursor de uma realidade que se anuncia em meio a um sistema socioeconômico rígido e que apenas oferece possibilidade de êxito àqueles nobres possuidores de terras, os quais tinham sustentação do seu *status* na

Potência espiritual, religiosa, intelectual, a Igreja continua sendo a grande produtora e propagadora de palavras de ordem ideológica, de modelos e de bens culturais. É uma potência tradicional, mas que sabe, de maneira mais ou menos lenta, adaptar-se, que contribui para dar à cidade sua unidade e personalidade moral, artística, festiva (LE GOFF, 1992, p. 158-159).

E é contra os modelos tradicionais de trabalho que a figura do usurário se chocou, e a lentidão da adaptação da religião à nova realidade econômica por ele representada provocou grande sofrimento espiritual em pessoas cujas formas de pensar o mundo, a vida e a morte dependiam exclusivamente dessa instituição. Mas além do ineditismo de sua figura devemos buscar os motivos que efetivamente a religião cristã evocava para condenar a figura do usurário. De acordo com Le Goff (1989), como o cristianismo opunha o dinheiro à figura de Deus uma riqueza mal adquirida não poderia ser justificada, e a Igreja dizia que

a usura é a arrecadação de juros por um emprestador nas operações que não devem dar lugar ao juro. Não é portanto a cobrança de *qualquer* juro. Usura e juro não são sinônimos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos (LE GOFF, 1989, p. 18).

Para compreender melhor a posição do usurário podemos evocar mais uma vez o esquema das três ordens que buscava explicar a sociedade medieval, nela cada estamento da sociedade tinha sua função definida, os *oratores* zelavam pela relação com Deus, os *bellatores* defendiam a sociedade e os *laboratores* deveriam trabalhar para sustentá-la. Mas à rigidez deste sistema escapava uma realidade a qual a simplicidade do conceito de *laboratores* não poderia comportar. A cidade em nosso período, como vimos, criou e impôs novas formas de atividade entre as quais se inseria a atividade monetária, mas esta não era vista como trabalho, pois em nada se assemelhava aos conceitos tradicionais, isso tornava delicada a posição do usurário dentro de uma

sociedade que entendia o trabalho como castigo pela queda do paraíso e via única para a obtenção da salvação (LE GOFF, 1989).

De acordo com a mentalidade religiosa da época o usurário obtinha lucro sem o trabalho, ele não “comia o pão com o suor de seu rosto” e cobrava pelo tempo em que o dinheiro ficava nas mãos do emprestador (LE GOFF, 1989). Mas de quem era o tempo senão de Deus? Assim o usurário lucrava roubando do Senhor, eis a sua falta. E o usurário pecador era perseguido pelo clero com os sermões e os *exempla*, narrativas que apontavam os erros e a condenação infernal a qual estavam destinados os usurários. E se a Bíblia em suas escrituras (LE GOFF, 1989) também condenava a prática como defendê-la, diante de um instrumento divino de pregação e que acima de tudo continha as leis imutáveis do Criador?

Ao usurário, nos momentos derradeiros de sua existência restava arrepender-se dos pecados cometidos e devolver os lucros aos olhos de Deus obtidos ilicitamente e confiar que assim agindo poderia expiar as suas culpas no Purgatório, onde sua alma passaria por sofrimentos purificadores que unidos às orações dos vivos em seu favor concorreriam para abreviar seu castigo e sua posterior entrada no céu. É que apesar da lentidão a adaptação religiosa à nova realidade econômica veio inexoravelmente. Le Goff (1989) aproxima o aparecimento da ideia do Purgatório com a adoção de maior moderação nas cobranças de juros e aceitação das novas atividades econômicas que estavam presentes na sociedade medieval fazendo “avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo” (LE GOFF, 1989, p. 90). O serviço feito por aquele indivíduo especializado em trocar dinheiro passou enfim a ser entendido como trabalho.

Considerações finais

Durante os séculos XI e XIII o mundo medieval do ocidente europeu passou por transformações que representaram mudanças econômicas, sociais e religiosas. Em síntese os produtos excedentes e o aumento populacional no campo levaram à extrapolação do sistema vigente principalmente nas cidades, onde novos grupos sociais com suas atividades e demandas exigiram uma tomada de posição do pensamento

religioso do medieval. Em relação à pobreza urbana observamos o surgimento dos mendicantes e dentre eles dos franciscanos, cujo desenvolvimento de sua ordem levou ao desvirtuamento de seu espírito original, e quando este tentou ser retomado posteriormente acabou por entrar em choque com a postura da Igreja em relação ao acúmulo de riquezas. E o enriquecimento também foi o ponto de atrito entre a Igreja e a nova figura da economia medieval, o indivíduo que emprestava dinheiro a juros suprindo as necessidade desse período de monetarização e que ficou conhecido como usurário.

O embate das ideias dos mendicantes e da Igreja e a condenação da usura por parte desta podem ser entendidos como conseqüências do mesmo processo de surgimento de uma nova economia, e a reação da Igreja às inovações e críticas que esta transformação ocasionou demonstram que ela, como uma instituição inserida dentro de uma sociedade estamental, buscava manter intacta diante das pressões históricas as estruturas sociais do período. Sintoma da época e da mentalidade econômica, política, social e religiosa as atitudes do clero medieval apontam-no de que forma buscava-se a perpetuação dos valores e estatutos tradicionais.

Referências bibliográficas

DE BONI, Luis Alberto. De Abelardo a Lutero: estudos sobre filosofia prática na Idade Média. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

DUBY, Georges. Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval. Lisboa: Edições 70, 1991. 2 v.

FERNÁNDEZ, Emilio Mitre. Textos y documentos de época medieval (Análisis y comentario). Barcelona: Ariel, 1998.

FOURQUIN, Guy. História Económica do Ocidente Medieval. Lisboa: Edições 70, 1991.

LE GOFF, Jacques. A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____ O apogeu da cidade Medieval. São Paulo: Martins fontes, 1992.

PIRENNE, Henri. As cidades da Idade Média. Lisboa: Europa-América, s.d.